
20ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 20ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Joseana Mesquita (Norsk Hydro Brasil), membro suplente; Marcos Lobato (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena), membro suplente; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular; Jackeline Sales (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 2), membro titular; Gracilene Barreto (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 3), membro suplente; Fátima Solange Góes (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 4), membro titular; Amauri Figueiredo (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 5), membro suplente e Elidiane Cardim (Representante da Sociedade Civil – Representação de Interesse 6), membro titular. Justificaram a ausência, Maria Olívia Personi Junqueira (MPF); Renato Belini de Oliveira Costa (MPPA); Juliana Nobre Soares (Prefeitura Municipal de Barcarena); Fabiano Azevedo (suplente representação 4) e Rozemiro Brito (titular representação 5). Também estiveram presentes na condição de convidados: Procurador da República Ricardo Negrini, membro da força tarefa do caso Hydro (MPF); Rosa Mendes, coordenadora de Projetos Industriais (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas) e Paschoal Cataldi (gerente executivo da área de resíduos da Hydro). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 23 de setembro de 2021, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 27 de julho de 2021. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 20ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Em decorrência da participação de convidado externo, senhor Paschoal Cataldi, da Hydro, a ordem de tratamento dos pontos de pauta foi alterada, assim, o primeiro ponto a ser discutido foi o ponto **2) Atualização de Itens do TAC**, tratando o item **2.1) Apresentação do Termo de Referência 3.1 do TAC – auditoria sobre a segurança e estabilidade dos depósitos de resíduos sólidos**. Este ponto de pauta foi conduzido pelo convidado Paschoal Cataldi, gerente executivo da área de resíduos da Hydro. Antes de começar a explicar sobre o termo de referência da auditoria em si, Paschoal inicia uma explicação sobre o ciclo de vida de um empreendimento ou de um depósito, a partir de quatro etapas: **projeto, construção, operação e fechamento**. Primeiramente, segundo Paschoal, para se auditar uma obra, é necessário entender como esse empreendimento foi projetado, assim, a primeira parte de um empreendimento é o **projeto**. O projeto é um documento escrito, que deverá virar realidade em campo, que é a fase da **construção**, sendo uma etapa fundamental, porque ela deve ser feita exatamente como foi projetada. Assim, explica Paschoal, quando se constrói, deve-se acompanhar etapa por etapa da construção,

registrando-se tudo para mostrar que foi construído conforme o projeto. No final da construção, tem-se a obra projetada, no caso específico, o depósito construído. Passando-se para a fase da **operação**. Nessa fase, completa Paschoal, a operação com a colocação de resíduo no local deverá seguir o que foi projetado, por exemplo, deve ter uma compactação adequada e nos locais adequados. Da mesma forma, os taludes, que são aquelas inclinações no terreno, devem respeitar os níveis de segurança projetados, assim, o depósito deve estar com as inclinações adequadas para não reter água, e para que a água da chuva caia e possa sair adequadamente pelos extravasores, e deles para os canais, passando em seguida para o tratamento, até a sua dispersão final. Dessa forma, explica Paschoal, toda essa operação é auditável, visto que nessas etapas há uma série de procedimentos e informações a serem verificadas pela auditoria para garantir que o que se projetou e se construiu, está sendo operado corretamente. Paschoal Cataldi completa explicando sobre a última etapa, que é o **fechamento**. Essa etapa está prevista em normas contábeis e técnicas, conhecida como *accept retaining obligation*, que é a “obrigação de retornar”, de recuperar o ativo da empresa. Explica que, atualmente há áreas em fechamento, onde procuram isolar completamente o resíduo, construindo em cima dele uma sistemática de drenos, de solo orgânico até se conseguir revegetar, a ponto de se obter uma área verde com fauna e flora sendo recuperadas, como se tem verificado, por exemplo, a presença de pássaros e pequenos animais nas áreas que estão reabilitadas. Dando seguimento, após apresentar sobre o ciclo de vida de uma obra ou empreendimento, Paschoal explica sobre o que foi solicitado à auditoria externa independente no termo de referência 3.1 do TAC, resumindo que, a empresa que for contratada, deverá verificar as quatro etapas explicadas acima por ele e, no final, deverá elaborar um relatório de atendimento aos itens exigidos. Reforça a informação de que o prazo de execução do serviço e entrega do relatório é de 150 dias úteis a partir da assinatura do contrato, sendo que o período total do contrato envolve um ano, incluindo a fase de mobilização inicial. Detalha também que, o que deve ser verificado pela auditoria é a compatibilidade do projeto executivo dos depósitos DRS1 e DRS2 com a sua efetiva execução, além da compatibilidade dos depósitos com a Lei Nacional de Segurança de Barragem (Lei 12.334/2010). Acrescenta que também serão analisados os aspectos estruturais dos depósitos de resíduos sólidos, desde a concepção geral do projeto, o arranjo e dimensionamento das estruturas e suas funcionalidades. Outro ponto a ser analisado, conforme o termo de referência, é a densidade de drenagem, que é avaliada por meio de instrumentação geotécnica com uso de equipamentos locais na planta, a fim de auferir o comprometimento de águas superficiais ou subterrâneas. Segundo Paschoal, há vários instrumentos que analisam o nível de água dentro dos resíduos e esses instrumentos são marcos de referência, são detectores de umidades, detectores de carga de compactação, dessa forma, a auditoria deve verificar se esses instrumentos funcionam corretamente e o que se faz com as informações geradas a partir desses instrumentos, verificando se são analisados e o que se faz com essas análises. Também vai ser verificada a compatibilidade da localização dos depósitos de resíduos sólidos com relação ao projeto, ou seja, se os processos de controle necessários à disposição dos rejeitos da forma concebida são compatíveis com a estrutura existente e, conseqüente com a produção de rejeitos, levando em considerações as condições ambientais locais. Reforça que há um item que trata sobre a densidade e o teor de umidade em período chuvoso e em período seco, e suas variações envolvendo o valor médio e o desvio padrão durante a fase de teste, sendo que, esse controle possivelmente será

acompanhado pela auditoria, além de sua aplicação em campo. Há um padrão de fator de segurança mínimo que é classificado como “1”, por norma, e “1.5” é o fator de segurança para estruturas drenadas e “1.3” para estruturas não drenadas, Paschoal informa que a Hydro adota o fator acima de 1.5 pra qualquer situação. Assim, para a análise de estabilidade dos depósitos, utiliza-se como referência esse fator de segurança. Também poderá ser analisada nesse item do TAC, apesar de ser de outra cláusula, a suficiência do plano de ação de emergência, onde devem analisar se o plano contempla a identificação e análise de possíveis situações de emergências e os procedimentos, condições de ruptura de depósitos, procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situação de emergência com indicação do responsável pela ação, a estratégia e o meio de divulgação e alerta para a comunidade potencialmente afetada etc. Também devem ser objeto de estudo da auditoria a análise do projeto e disposição de filtros, medidores de vazão e seus projetos executivos, de revestimento (geomembrana) que envolve todo o depósito e o monitoramento desses taludes que secam o depósito, por exemplo, como eles são monitorados, o teor de umidade do material que condicionará a decisão de lançá-lo à área úmida ou aplicar à área seca e suas variações ao longo do período de teste etc. A auditoria deverá fazer uma inspeção detalhada em campo, visitando todos os depósitos para verificar as instalações físicas, além de analisar as informações históricas e atuais que forem fornecidas, que são coletadas no sistema de monitoramento do depósito, analisando a documentação técnica existente nos depósitos avaliados. A auditoria também analisará informações sobre a meteorologia, como a chuva decamilar, o fluxo de água, o funcionamento de instrumentos, para isto, a empresa contratada precisará ter em seu quadro técnico geólogos, geotécnicos, hidrólogos e outras pessoas capacitadas para cada área de expertise que o assunto envolve. Ao final da exposição de Paschoal, passou-se para a manifestação dos membros. Mário Santos pergunta se a auditoria vai analisar a questão da estabilidade o DRS1 de forma diferenciada, visto que são dois depósitos diferentes de armazenamento de resíduos sólidos, assim, a análise a ser feita deveria considerar aspectos diferentes na base do solo do DRS1, que recebeu um resíduo compactado de forma diferente. Uma segunda questão apresentada por Mário é sobre a membrana que foi colocada no DRS1 e a do DRS2, perguntando se elas são do mesmo tipo e qualidade. Paschoal Cataldi responde que a auditoria se refere aos dois depósitos (DRS1 e DRS2) e que, todos os aspectos que serão analisados em um, serão analisados no outro. Reforça que a auditoria deve verificar a segurança e estabilidade de depósito por depósito, sendo feita em profundidade com todos os requisitos técnicos de cada depósito e os relatórios serão separados, com análises individualizadas sobre a segurança e a estabilidade de cada um, a partir do que foi projetado para cada. Sobre a segunda questão, Paschoal explica que a finalidade da geomembrana é a impermeabilização. Assim, tecnicamente, as duas têm a mesma função, no entanto, a indústria avançou para meios de produção em quantidades maiores, em espessuras menores, em resistências maiores e isso avança ano a ano. Dessa forma, responde que há uma diferença na tonalidade da geomembrana no DRS1, pois o depósito foi construído em várias etapas ao longo dos anos e, no início, há 25 anos atrás quando se fez a primeira célula, usava-se outro tipo de geomembrana. Mas, sobre essas questões, a auditoria também irá verificar. Jaqueline Sales apresenta quatro questões: 1) sobre o fechamento e a área verde que se vê na borda do depósito, pergunta como surge o verde, se ele é plantado, se sim, o que é plantado, e se o verde nasce em cima do resíduo direto ou se há alguma camada de terra antes, por fim, questiona se a área verde vai ficar somente na borda; 2) sobre as nascentes existentes na

área da empresa, pergunta se elas ainda existem na área, como elas são cuidadas e se há alguma interferência nas nascentes; 3) com relação à água das chuvas que caem nos depósitos, pergunta como é feito o tratamento e o que é feito com a água após o tratamento, se ela é evaporada, reutilizada pela empresa ou se ela é jogada no rio Pará e; 4) pergunta qual é a capacidade das bacias e se é calculada por tonelada, altura ou outra medida. Paschoal Cataldi responde à Jackeline, dizendo que: 1) A parte verde que é vista ainda deve levar algum tempo para contemplar 100% da área, mas, reforça que a ideia é que essa cobertura verde isole o resíduo de tal forma que a água não tenha mais contato com o resíduo. Explica que existe uma camada sintética, uma camada de filtro de areia com tubulações, com drenos, além de solo normal, solo orgânico, em seguida, o verde é plantado. Paschoal informa que estão plantando grama em alguns lugares, colocando sementes em outros e plantando mudas de plantas de espécies similares às da região, mas que poderiam plantar outra vegetação, evitando-se árvores de porte grande por questões de manutenção, de vento e de profundidade de raiz. Explica também que o esquema de reabilitação foi definido juntamente com colaboração da Embrapa, UFPA (Universidade Federal do Pará) e de um instituto norueguês. Informando que são 11 faixas a serem reabilitadas e que estão na terceira faixa, chegando em 100% quando do fechamento do depósito; 2) sobre as nascentes, Paschoal explica que elas são preservadas e acompanhadas por monitoramento pela empresa, sendo quatro nascentes que circundam (Pramajozinho, Tauá, Água Verde e Murucupi); 3) sobre o tratamento da água da chuva, detalha Paschoal que, a água escorre para os canais que leva para as bacias intermediárias, em seguida para a estação de tratamento de efluentes. Informa que esta estação de efluentes industriais foi ampliada e, atualmente é a maior da América Latina. Finaliza explicando que a água é tratada dentro da norma Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e com uma série de instrumentações em que se assegura que a água que está saindo e sendo devolvida ao rio, está em melhores condições do que a do próprio rio; 4) sobre a capacidade das bacias, Paschoal explica que, quando se projeta a instalação, e se obtém a licença de operação, já se determina o volume, a altura máxima, os fatores de segurança, a inclinação máxima, a quantidade de resíduo etc. Assim, existe um volume determinado para cada bacia, que é calculado para suportar a pior chuva possível que poderia ocorrer em 10 mil anos, chamada de chuva decamilenar, com um metro de borda livre até o topo da bacia para além do limite dessa chuva. Ricardo Negrini se manifesta problematizando o significado de chuva decamilenar, pois é um ponto que vem sendo discutido no caso, visto que houve alegação da Hydro de que tanto os eventos de 2009 quanto o de 2018, ocorreram em razão de uma chuva decamilenar. No entanto, segundo Negrini, seria uma probabilidade quase inexistente ter duas chuvas decamilenares nesse intervalo de tempo, relata que, o MPF perguntou para o CPRM (Serviço Geológico do Brasil) se as chuvas de 2018 eram decamilenares, e a resposta foi negativa e que as chuvas foram inferiores do que se poderia esperar para uma chuva decamilenar. Assim, espera-se que a auditoria também verifique essa divergência de entendimentos e responda se realmente a empresa está preparada para uma chuva decamilenar. Edson Maciel reforça que a auditoria irá analisar os projetos do DRS1 e do DRS2, além da utilização e todas as fases apresentadas por Paschoal, assim, a auditoria deve trazer o esclarecimento sobre os distintos projetos. Amauri Figueiredo pergunta se a Hydro tem intenção em fazer outros depósitos além dos já existentes. Paschoal responde Amauri, explicando que, enquanto houver atividade de operação, será necessário ter locais para colocar os resíduos. Lembra que as tecnologias avançam e sobre o pioneirismo da Hydro em ter o filtro prensa, a

tecnologia de estocagem do DRS2, que a cada dia se aprimora, reduzindo a área de depósito. Por fim, diz que sim, que é possível que se tenha outro depósito para suprir as necessidades projetadas. Paulo Pantoja faz a leitura de dados, coletados no momento da reunião do site da Hydro, para responder à Jackeline sobre a capacidade dos depósitos: o **DRS1** tem a capacidade de armazenamento de 51,70 milhões de metros cúbicos, o volume armazenado atualmente é 47,90 milhões de metros cúbicos, o tempo de existência é de 24 anos e o status está em operação. O **DRS2** tem a capacidade de armazenamento de 27 milhões de metros cúbicos, o volume armazenado é 0,6 milhões de metros cúbicos e o tempo de existência é de 1 ano. Paschoal Cataldi confirma que são essas as informações sobre a capacidade dos depósitos. Jackeline Sales agradece a participação de Paschoal e da apresentação bastante didática, **solicitando o compartilhamento da apresentação com os membros** e que, em um próximo momento de aprofundamento dos estudos da auditoria, **sugere que sejam utilizados vídeos e fotos para melhor entendimento sobre como é a planta atual, as bacias e as células**. Paschoal Cataldi agradece e se despede dizendo que fica à disposição e, se necessário, inclusive com fotos e vídeos. Com a inversão dos itens de pauta, neste momento, segue-se ao ponto **1) Temas ordinários. 1.1) Aprovação da ATA da 19ª Reunião (27.07.2021)**. Edane informa que não houve considerações à ata e consulta os presentes sobre a aprovação. Após manifestações de concordância com o texto, a ata foi considerada aprovada. **1.2) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.2.1) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento – Regimento Interno**. Edane informa que foi realizado o evento de nivelamento e tratamento do regimento, em 10 de agosto de 2021, com os novos membros da sociedade civil das representações 3, 4, 5 e 6. E que, ficou acordado um período até final de agosto para os membros enviarem à secretaria executiva suas contribuições. Agora, **a secretaria consolidará o documento para circular com os membros do CA com a sugestão de um prazo para aprovação final via e-mail, considerando também os parágrafos em estacionamento conceitual, caso fique algum parágrafo em aberto, orienta-se que seja tratado o parágrafo específico dentro de uma reunião do CA em conjunto para aprovado final**. Passa-se para o ponto **1.2.2) Atualização de Itens do TAC –cartão-alimentação**. Primeiramente, Edane relembra que foram enviadas aos signatários diversas questões trazidas pelos membros durante a 19ª reunião do CA, atualizando os pontos a seguir: **A)** Elaboração de um cronograma de retorno da Práxis, quando possível e compartilhado com os membros do CA e **B)** Produção de peças de comunicação com linguagem acessível à população. Para os dois itens, não houve definição de prazo, **ficando pendente um retorno das partes**. Outras duas sugestões foram apresentadas no sentido de recomendação do Comitê aos signatários, **C)** Que fosse pensada a possibilidade de treinamento de novas pessoas para atuarem na equipe da Práxis, residentes de Barcarena e que já estivessem vacinados e **D)** Que para as ações do TAC, sempre fossem pensados mais de um plano de trabalho para que as atividades não tenham interrupções após o seu início. Dando continuidade, foi sugerido ainda: **E)** Que no plano de retorno da Práxis, fosse incluído o retorno dos trabalhos de campo com uso de todos os equipamentos de uso pessoa de proteção contra a covid-19. Atualizando o item, foi compartilhado por e-mail, em 27/08/2021, com os membros um plano de retomada da Práxis contemplando esse tema, dando por **concluído** o item. Por fim, sugeriu-se: **F)** Realização de uma reunião entre o CA, a gestão municipal, a secretaria de saúde e a Práxis para discutir em conjunto formas de continuar o trabalho de confirmação de endereços para a entrega do cartão-alimentação. Edane informa que a secretaria

executiva fez um diálogo com a titular da Prefeitura, **Juliana Nobre, que se colocou à disposição para fazer essa mediação com a secretaria de saúde para essa agenda.** Para este encaminhamento não houve definição de prazo, **ficando pendente um retorno dos demais citados.** Com relação a esse item, Jackeline Sales **solicita ao representante da prefeitura, se possível, uma projeção da vacina no município.** Ainda dentro desse ponto, foram encaminhadas duas perguntas específicas sobre o cartão-alimentação: **1)** Por que o cartão-alimentação não chegou até às áreas das comunidade das representações 5 e 6 do CA? e **2)** Sobre o direito ao recebimento do cartão-alimentação, caso a pessoa cadastrada pela Práxis tenha falecido, quem receberá o valor em seu lugar? O procurador da República Ricardo Negrini se manifesta sobre o ponto, trazendo esclarecimentos, primeiramente, sobre o retorno da Práxis, explica que os signatários estão estudando alternativas, mas que não conseguiram chegar a uma conclusão para anunciar na reunião, mas que, o tema está sendo debatido com a Hydro e com a Práxis para se encontrar alternativas sobre a realização do serviço, independentemente do nível de imunização do município, tentando encontrar outras estratégias. Sobre as perguntas específicas, Ricardo Negrini responde que, dentro do TAC, todas as comunidades e bairros que estão na bacia do Murucupi, receberiam imediatamente o cartão-alimentação, reforçando que, quando se fala no trabalho da Práxis, se está falando dessa cláusula do TAC que é o recebimento imediato de cartões-alimentação, antes das auditorias independentes e que, todas as outras comunidades podem receber cartão-alimentação depois das auditorias, caso as auditorias confirmem impacto ambiental para elas. Sobre a segunda pergunta, em relação à questão de falecimento de alguma pessoa que tenha feito o cadastro com a Práxis, **os signatários estão verificando uma maneira para que os descendentes possam receber no lugar.** A orientação do MPF, em princípio, é que se apresente a certidão de óbito e a certidão de nascimento dos herdeiros, por exemplo. **Ficando pendente um retorno com informações sobre os procedimentos definitivos para esses casos quando a Práxis retornar ao campo.** Mário Santos reforçou o pedido para que se recorra a alternativas de execução desse serviço e lamentou a demora. Relata que, como presidente de associação, é constantemente cobrado pela população e já chegou a ser agredido verbalmente sobre esse atraso da Práxis. Reforça a importância de uma peça de comunicação que o povo possa entender a informação sobre o adiamento do trabalho da Práxis. Por fim, pede aos signatários que pensem em uma saída ou que permitam com que a sociedade civil possa pensar em alguma solução. Amauri Figueiredo pede a palavra para dizer que a comunidade Fazendinha está dentro da bacia do Murucupi, que um braço do rio Murucupi está dentro da comunidade, mas que, a Fazendinha não foi incluída no cartão-alimentação. Ricardo Negrini reage à consideração de Amauri e diz que é a primeira vez que escuta sobre uma comunidade que faz parte da bacia do Murucupi e que tenha ficado de fora do atendimento pelo cartão-alimentação. Ricardo pergunta se a comunidade está no mapa oficial da bacia hidrográfica do Murucupi e Amauri responde que acredita que sim. Amauri explica que a associação dos moradores agrupou documentos e que enviou ao Ministério Público. Ricardo reforça que, caso o documento tenha chegado ao MPF, possivelmente ele será analisado pela procuradora responsável pelo caso, que é a procuradora Maria Olívia Junqueira. **Amauri Figueiredo informa, que, após a reunião, irá fazer uma reunião com a direção da Fazendinha, presidente e a vice-presidente, para verificar os documentos que identificam que um braço do rio Murucupi dentro da Fazendinha e, farão os encaminhamentos devidos.** Dando prosseguimento à pauta, Edane continua com a

atualização dos encaminhamentos pendentes, passando para o ponto **1.2.3) Cláusula 2.1.4 do TAC** (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável): **A)** Solicitação do cronograma detalhado da expansão dos serviços de abastecimento de água para cada bairro/comunidade da concessionária Águas de São Francisco. Edane informa que o cronograma foi enviado pela Prefeitura de Barcarena em 27/07/2021 e compartilhado com os membros pela secretaria executiva, via e-mail, em 29/07/2021. No entanto, houve uma manifestação de Jackeline no grupo de WhatsApp do Comitê, dizendo que o documento não contemplava o cronograma da expansão dos serviços para as comunidades de forma clara. Diante da manifestação, a secretaria executiva entrou em contato com a Águas de São Francisco para verificar a possibilidade de fazerem um esclarecimento para os membros da sociedade civil sobre o cronograma. **A concessionária ficou à disposição para os esclarecimentos sobre o cronograma, podendo ser virtual ou presencial.** Edane reforça que a secretaria pode apoiar na organização dessa agenda; **B)** Solicitação aos signatários que nesse projeto do investimento de R\$5 milhões seja estabelecido um prazo com cronograma para as etapas de discussão e de aprovação. **O item não teve prazo definido e continua no aguardando de manifestação dos signatários.** Ainda nesse ponto, duas sugestões foram enviadas aos signatários: **1)** Que a prefeitura de Barcarena e a Hydro entrem em contato com Mário Santos, representantes dos territórios quilombolas e tradicionais no CA, para encaminhamento das consultas prévias, livre e informadas sobre a implantação do projeto. Mario Santos relata que não houve nenhum contato com ele, nem da prefeitura, nem da Hydro. **O item não teve prazo definido e continua no aguardando de manifestação dos citados;** **2)** Que fosse convidado um técnico que faz parte do Comitê Técnico do TAC para participar de um evento de capacitação dos membros da sociedade civil para fazer uma leitura explicativa sobre os laudos que abrangem a qualidade de água em Barcarena. O evento de capacitação foi realizado em 25/08/2021, **concluído o item.** Por fim, Edane informa que, após solicitação, a secretaria executiva preparou um documento síntese desse evento de capacitação com as principais questões discutidas, compartilhando com os membros do CA e signatários. Passa-se para o ponto **1.2.4) Termos de Referência para contratação de auditorias independentes.** Edane lembra que há dois encaminhamentos permanentes nesse ponto: **A)** Disponibilização permanente dos termos de referências das auditorias junto com os editais para o acompanhamento de toda a população. **Com relação a esse item, reforça-se a informação de que os termos de referência foram disponibilizados junto com os editais no site da Hydro para consulta pública** e; **B)** Compartilhamento e apresentação dos Termos de Referência aprovados e de informações contínuas sobre o processo de contratação e de execução do trabalho das empresas selecionadas para os estudos, visando efetivo acompanhamento dos membros. **Para esta reunião, o Termo de Referência do item 3.1 foi programada para ser apresentado.** Após essa atualização dos encaminhamentos, Jackeline Sales pergunta sobre o status da contratação da auditoria que vai tratar sobre a saúde das comunidades, pois na última reunião, foi informado pela Dra. Maria Olívia Junqueira de que houve observação do Ministério Público Federal ao termo de referência, assim, pergunta se há alguma sinalização de prazo para começar a auditoria. Reforça que, as comunidades que representa solicitaram informações sobre esse estudo da saúde. Ricardo Negrini responde à Jackeline, explica que a contratação da auditoria epidemiológica, da cláusula 2.1.1C do TAC, foi iniciada, mas, ocorreram as seguintes questões: primeiro, houve poucas empresas inscritas na

concorrência, tanto empresas quanto instituições em geral; segundo, algumas empresas desistiram, ficando somente duas empresas e, além disso, elas apresentaram dúvidas com relação ao termo de referência, e a Hydro trouxe a questão ao ministério público. Após isto, os signatários se reuniram para tratar algumas preocupações que surgiram com relação ao termo de referência, embora ele já estivesse aprovado, com o edital lançado e com o processo de concorrência iniciado. Explica que, o debate sobre a questão ainda está sendo feito, e provavelmente o edital pode ser reaberto. Ricardo reforça que isto não foi decidido oficialmente – se vai reabrir ou não – mas há uma discussão em andamento sobre o caso. Complementa que, as partes estão cientes da desvantagem em se reiniciar esse processo seletivo, visto que todos estão ansiosos pela realização de todas as auditorias, no entanto, avaliam que, talvez seja mais vantajoso para o interesse público reiniciar o processo do que deixar continuar e verificar posteriormente que o serviço não estava exatamente como o desejado. **Ficou encaminhado que, assim que as partes decidirem sobre esse processo de concorrência, irão informar ao Comitê.** No mesmo sentido, dentro das discussões entre as partes, Ricardo Negrini explica que ficou decidido que a Hydro mantenha um site específico com todas as informações do TAC, com os termos de referência, por exemplo, dentro desse site e para isso, o Ministério Público está tratando da questão com a Hydro, junto com as assessorias de comunicação da empresa e do MPF. Ricardo Negrini relatou que, dentro do MPF é feita uma verificação das empresas que estão concorrendo, por exemplo, se há algum problema anterior que as desabonem, mas, reforça que, seria importante que a sociedade civil também pudesse participar desse controle e acompanhar todo o processo seletivo, trazendo informações, a partir da realidade local, sobre as empresas, assim, a proposta desse site deverá ajudar nesse acompanhamento da sociedade. Jackeline Sales reforça sobre a preocupação com a qualidade da água que é diretamente associado à saúde da população. Assim, solicita que seja levado aos titulares do TAC para analisarem o prazo final para a auditoria. Por fim, relata a necessidade da reavaliação do termo de referência para se ter qualidade e maior divulgação, entende que é compreensível, mas, como Mario falou, as lideranças também são cobradas pela implementação das ações. Ricardo Negrini, finaliza dizendo que o Ministério Público tem essa preocupação também – com a demora na realização das auditorias – desde o início da elaboração dos termos de referência e essa questão é ligada à complexidade das auditorias. Dando seguimento à pauta, passa-se ao ponto **3) O que ocorrer.** Edane Acioli introduz o tema sobre as próximas representações da sociedade civil, lembra que as sugestões feitas durante a 19ª reunião do CA foram e enviadas aos signatários, que consideraram grande parte das sugestões dos membros para a formação das próximas representações. Além da sugestão de **inclusão de Ilha do Capim na 6ª representação.** Sobre esta última proposta, o MPF solicitou à secretaria executiva que trouxesse para a reunião do CA a sugestão para receber considerações dos membros. **O IEB explica que um dos encaminhamentos, caso seja validada a sugestão, será o de entrar em contato com as lideranças das comunidades que formam a representação 6ª e, concomitantemente com as lideranças da Ilha do Capim para uma consulta a todos. Caso aceitem a inclusão, deverá ser realizado um evento de nivelamento com a Ilha do Capim acerca do funcionamento do CA, em seguida, incluí-la na 6ª representação.** Mário Santos se manifesta dizendo que respeita a sugestão de Elidiane, como representante de uma das regiões de Abaetetuba, no entanto, entende que ilha do Capim poderia ter sua própria representação, pois é formada por várias comunidades. Entende, também que, Elidiane já foi escolhida como titular pelas

comunidades da representação 6, que é formada por algumas comunidades de Abaetetuba, e que, Ilha do Capim poderia formar uma própria representação enquanto ilha com suas comunidades. Amauri Figueiredo apresenta que não há objeção quanto à Ilha do Capim entrar na representação 6. Elidiane Cardim relembra que a inclusão de Ilha do Capim na representação 6 foi sua sugestão, pois, entende que a ilha é vizinha de Vila de Beja, e que, o que ocorre no rio Pará, influência Praia de Beja, rio Arienga, rio Guajará, rio Tauerá e, também, a Ilha do Capim. Reforçando que é uma sugestão e que conhece as lideranças da Ilha do Capim, podendo fornecer os contatos para a SE realizar a consulta sobre a sua inclusão. Edson Maciel relata que a Ilha do Capim, em Abaetetuba, fica próxima à confluência entre o rio Capim e o rio Pará, e do outro extremo, se tem a Ilha Arapiranga, em Barcarena. Assim, levando-se em consideração as sugestões que a sociedade civil trouxe para as próximas composições, observa-se que há outras ilhas grandes, como Arapiranga, ilha das Onças e ilha Trambioca que também foram citadas, portanto, é necessário fazer um exercício em como encaixar esses territórios grandes, pois, seria difícil comportar todo o universo de comunidades no Comitê, por isso que o objetivo do CA é o de buscar representações, buscando lideranças que possam ser porta-vozes dessas regiões e que possam ecoar a essas localidades mais distantes, por meio das discussões do CA, dos eventos de nivelamento etc. Dois outros temas são trazidos dentro desta terceira pauta por Elidiane Cardim. O **primeiro** se trata da frequência de participação dos membros nas reuniões do Comitê e o **segundo** sobre a suplência para Mário Santos dentro da comissão da Semas que trata sobre o Fema (Fundo Estadual do Meio Ambiente). Elidiane relata que nem todos os membros da sociedade civil participam das reuniões do CA e fala da necessidade de haver um suplente para Mário dentro da comissão do Fema. Mário Santos concorda com o remarque de Elidiane e entende como uma sugestão, **de que a sociedade civil indique um suplente para ele na comissão da Semas que trata sobre o plano de aplicação das multas da Hydro no Fema.** Edane Acioli reforça a importância da suplência, por exemplo, na reunião de hoje do CA, informa que todas as seis representações da sociedade civil estavam presentes ou com o titular ou com seu suplente. Amauri Figueiredo se manifesta dizendo que, nem sempre há todos os representantes da sociedade civil nas reuniões, assim, é necessário olhar cada representação e entender o que está acontecendo para intensificar a presença. Mario Santos complementa que, sobre a ausência nas reuniões, é necessário recorrer ao regimento no item que se trata de ausências nas reuniões, relata que, entende que o regimento está com cláusulas que necessitam melhorar a redação, mas que ele é válido e aprovado pelo CA quase em sua totalidade. Após as manifestações, seguiu-se para a definição do ponto **4) Pauta e data da próxima reunião.** Houve a sugestão enviada por e-mail pela procuradora Maria Olívia Junqueira, quando compartilhou o relatório semestral da Hydro referente à cláusula 8.13 do TAC, sugerindo que fosse apresentando no CA. Também foi sugerida uma atualização sobre a elaboração do plano de aplicação das multas depositados no Fema. Os membros se manifestaram concordando com a sugestão da pauta. Assim, o encontro ocorrerá ainda em formato virtual com a seguinte pauta: **Apresentação da cláusula 8.13 do TAC com atualização sobre o andamento do programa de pesquisa em desenvolvimento de subprodutos da bauxita e a atualização sobre a elaboração do plano de aplicação dos valores das multas depositados no Fema.** Ficando agendada a próxima reunião ordinária para o **dia 30 de novembro de 2021, às 14:30h.** Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:47h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.